

Demonstrações Financeiras

Havan S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 com relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Comentário de desempenho 4ºT2022.....	1
1) Mensagem da diretoria	1
2) Valores corporativos	2
3) Desempenho operacional	2
4) Desempenho financeiro	4
5) Análise da carteira de crédito.....	6
6) Projetos e Patrocínios.....	7
7) Premiações.....	8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	9
Balanços patrimoniais.....	14
Balanços patrimoniais.....	15
Demonstrações dos resultados.....	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação.....	20
Demonstrações do valor adicionado	21
1. Contexto operacional	22
2. Políticas contábeis	23
2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1.1. Continuidade operacional	23
2.1.2. Efeitos pandemia do COVID-19.....	24
2.1.2. Efeitos da guerra na Ucrânia	24
2.2. Conversão de moeda estrangeira.....	24
2.3. Reconhecimento de receita	25
2.4. Tributos	25
2.5. Instrumentos financeiros.....	28
2.6. Instrumentos financeiros derivativos.....	31
2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	32
2.8. Caixa e equivalentes de caixa	32
2.9. Estoques	32

2.10. Contas a receber	32
2.11. Imobilizado	33
2.12. Ativos intangíveis.....	33
2.13. Provisões.....	34
2.14. Arrendamentos	34
2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.....	36
2.16. Mensuração do valor justo.....	37
2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).....	38
2.18. Distribuição de lucros	38
2.19. Demonstração do valor adicionado (DVA).....	38
2.20. Segmento operacional.....	39
2.21. Benefícios a empregados e administradores	39
2.22. Subvenções governamentais.....	39
2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022.....	40
2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	42
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	45
3.1. Julgamentos	45
3.2. Estimativas e premissas	46
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	48
5. Aplicações financeiras.....	48
6. Contas a receber de clientes.....	49
7. Estoques	51
8. Impostos a recuperar	51
9. Imobilizado.....	52
10. Partes relacionadas.....	54
11. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	58
12. Fornecedores.....	60
13. Obrigações tributárias	61
14. Imposto de renda e contribuição social	61
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	61
b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado.....	62
15. Arrendamentos.....	63
a) Direito de uso de arrendamentos	63
b) Passivo de arrendamentos	64
b) Passivo de arrendamentos--Continuação	65
16. Outros passivos	66

17.	Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	67
18.	Patrimônio líquido.....	69
a)	Capital social	69
b)	Dividendos e destinação de lucros.....	69
c)	Reserva legal.....	69
d)	Reserva de incentivos fiscais.....	69
e)	Lucro por ação.....	70
19.	Instrumentos financeiros	70
a)	Risco de crédito	71
b)	Risco de liquidez.....	72
c)	Risco de mercado.....	72
d)	Risco de taxa de câmbio.....	73
e)	Gerenciamento de capital	74
f)	Risco de taxa de juros	75
g)	Instrumentos derivativos	75
g)	Instrumentos derivativos--Continuação.....	76
20.	Receita operacional líquida	77
21.	Gastos por natureza.....	77
22.	Resultado financeiro.....	78
23.	Outras receitas (despesas) operacionais	79
24.	Transações que não afetaram o caixa.....	79
25.	Cobertura de seguros.....	79

Comentário de desempenho 4ºT2022

1) Mensagem da diretoria

Afirmamos em nossa mensagem de 2021: "Foram 35 anos com realizações maravilhosas e não esperamos diferente do próximo ano que está por vir. Continuaremos buscando por relacionamentos saudáveis e sustentáveis. Sempre mirando o longo prazo e sustentabilidade da Companhia, gerando empregos, abrindo lojas, buscando por resultado positivo e pela geração de caixa. Acreditando assim que muitas outras bodas virão, que os filhos, netos e bisnetos de nossos stakeholders estejam nessa jornada com a Havan."

Alcançamos com sucesso mais uma vez o que vem sendo proposto desde a fundação da Companhia, crescimento sustentável. Tivemos o melhor faturamento de nossa história, alcançando o montante de R\$ 14.250.353, com crescimento de 13,3% em relação à 2021, e crescimento de 8,1% nas vendas das mesmas lojas. Mas acima de tudo, fazendo isso de maneira responsável, com melhoria de nossa margem bruta em 1,4 p.p, passando de 34,8% em 2021 para 36,2% no ano de 2022, ou seja, um crescimento de 15,1%.

Melhoramos também a proporção de nossas despesas em relação ao nosso faturamento, alcançando o maior EBITDA de nossa história, o montante de R\$ 1.967.729, e margem EBITDA de 18,6%, comparado a R\$ 1.602.858 com 16,8% de margem EBITDA do ano de 2021.

Nosso lucro líquido reduziu em relação ao ano anterior, porém, ao ajustarmos o lucro de 2021, retirando os efeitos de realização da variação cambial sobre investimentos que ocorreu exclusivamente no ano exercício de 2021, no montante de R\$ 214.500, teríamos um lucro líquido no exercício de 2021 de R\$ 316.375, que comparado ao lucro líquido do exercício de 2022 de R\$ 424.975 resulta num crescimento de 34,3%.

Continuamos focando no relacionamento com nossos clientes, com a meta de "Pensar como um Cliente e oferecer uma experiência única." Conseguimos ver uma melhoria no nosso NPS que em 2021 já tinha excelente marca de 80,39, conseguimos alcançar 85,55 nesse ano de 2022. Tal número está totalmente ligado com o engajamento de nossos colaboradores com nossa Missão de "Surpreender e encantar a todos."

Nossos colaboradores também continuam a fazer parte dessa nossa jornada de forma destacada. Ultrapassamos 9,1% de colaboradores com mais de 5 anos de Havan, em 2021 eram 8,3%. Idade também não é um tabu em nossa empresa, 12,47% de nossos colaboradores têm mais do que 45 anos.

Destacamos que temos nossos fornecedores como parceiros, visando a saúde financeira e auxiliando-os em seu fluxo de caixa, a Havan efetua pagamentos antecipados das faturas. No ano de 2022, ultrapassamos a marca R\$ 1 bilhão de antecipações, um valor 15% superior ao 2021. Na nota explicativa 12, esclarecemos o tema.

Por este e outros resultados alcançados, sempre devemos nos lembrar de agradecer aos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e clientes. MUITO OBRIGADO!

Continuamos acreditando e buscando em resultados com responsabilidade e sustentabilidade. Esse continua sendo nosso mantra nesse ano de 2023. E que seja um excelente ano para todos nós!

Brusque, 07 de fevereiro de 2023.

A DIRETORIA

2) Valores corporativos

A Havan acredita em seus valores, clientes, parceiros e principalmente: acredita no Brasil.

PROPÓSITO

Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil

NEGÓCIO

Proporcionar prazer em comprar

MISSÃO

Surpreender e encantar a todos

VISÃO

Ser a melhor loja do Brasil

VALORES

Ética, atitude, simpatia, humildade e comprometimento

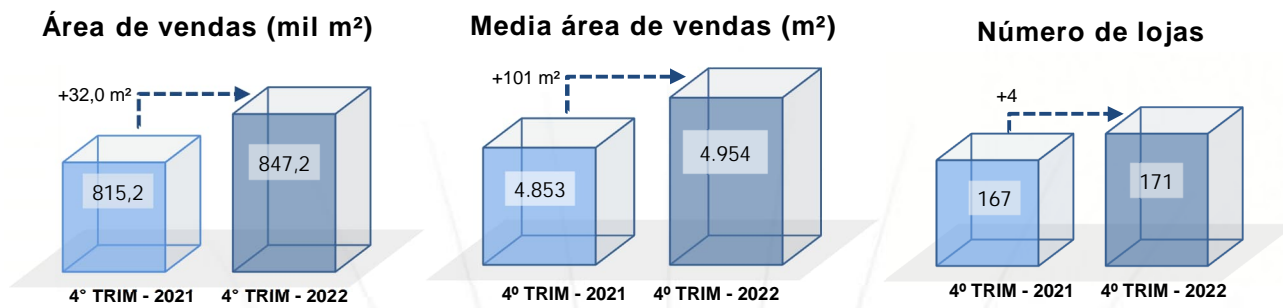
3) Desempenho operacional

Durante o exercício de 2022, a Havan inaugurou 6 megalojas, totalizando 171 megalojas físicas e 1 e-commerce em operação no Brasil em 847,1 mil m2 de área de vendas disponíveis ao final do exercício de 2022. Abaixo demonstramos as lojas inauguradas exercício de 2022:

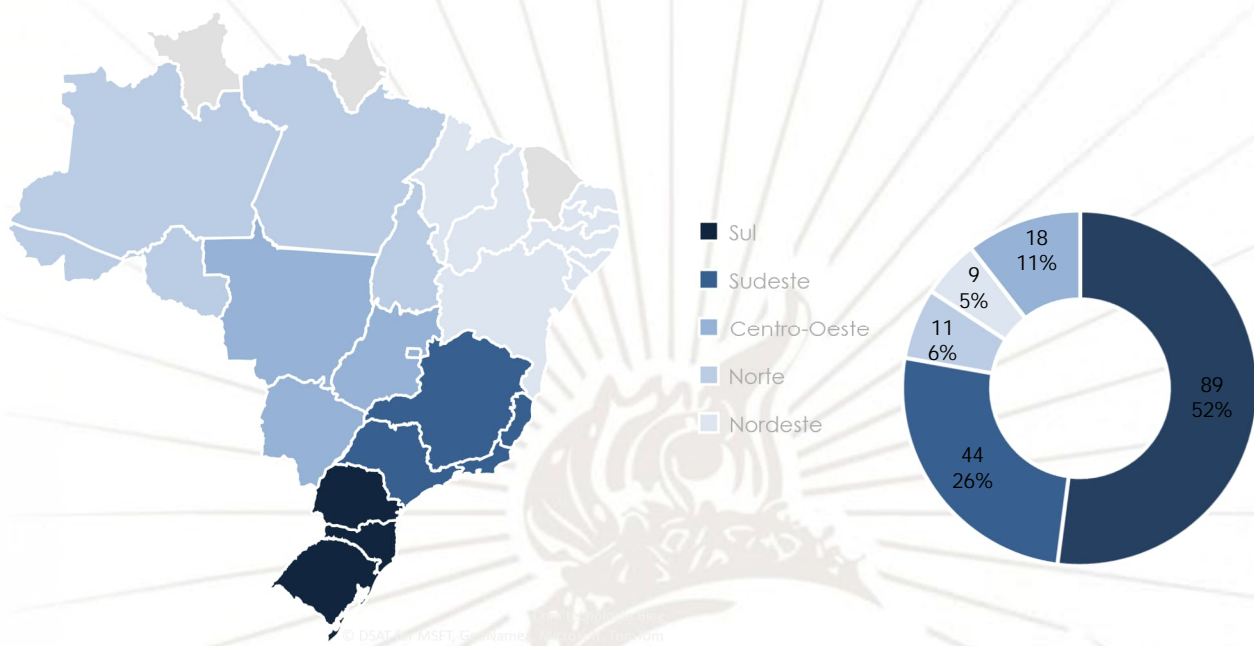
Novas lojas em 2022	Região	Estado	Inauguração	Área de vendas em m ²
SANTA CANDIDA	Sul	PR	17/03/2022	6.600
SAO BERNARDO CAMPO	Sudeste	SP	01/04/2022	6.940
PRIMAVERA DO LESTE	Centro-Oeste	MT	07/05/2022	6.534
MANAUS VIA NORTE	Norte	AM	24/06/2022	5.165
MACEIO	Nordeste	AL	23/07/2022	6.997
NATAL	Nordeste	RN	25/09/2022	6.500
Total de novas áreas de vendas				38.736

A megaloja Boa Vista, localizada na região de Curitiba/PR, transferiu suas atividades para a megaloja Santa Cândida, para melhor atendimento de nossos clientes com uma megaloja mais ampla com mais estacionamento. Informamos que a megaloja de Gaspar, teve suas atividades interrompidas por tempo indeterminado devido a problemas estruturais. Como veiculados em noticiários, ocorreu um incêndio na megaloja de Vitória da Conquista, a Companhia está avaliando junto a seguradora o processo de recuperação da megaloja.

As megalojas inauguradas apresentam uma área maior do que a média da rede, vendendo mensalmente um valor próximo a média vendida de lojas da rede, em alguns casos até acima da média, principalmente em regiões onde estamos inaugurando a 1ª megaloja. As análises a seguir contemplam as lojas abertas até 31 de dezembro de 2022:



As megalojas estão distribuídas em todas as regiões do Brasil, localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal, conforme mapas abaixo:



4) Desempenho financeiro

A Companhia apresenta seus resultados do quarto trimestre de 2022 (4T22) e dos doze meses de 2022 (12M22), assim como os saldos comparativos para o mesmo período do ano de 2021.

Resultado (R\$ milhares)	4T22	A.V.	4T21	A.V.	Var.
Receita bruta	4.237.417	138,0%	4.095.049	131,7%	3,5%
Impostos e cancelamentos	(1.166.145)	-38,0%	(986.565)	-31,7%	18,2%
Receita operacional líquida	3.071.272	100,0%	3.108.484	100,0%	-1,2%
Custo de mercadorias vendidas	(1.961.271)	-63,9%	(1.952.480)	-62,8%	0,5%
Lucro bruto	1.110.001	36,1%	1.156.004	37,2%	-4,0%
<i>Margem bruta</i>	36,1%		37,2%		-1,0 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(109.772)	-3,6%	(88.464)	-2,8%	24,1%
Despesas com vendas	(479.159)	-15,6%	(539.791)	-17,4%	-11,2%
Resultado de equivalência	-	0,0%	25.268	0,8%	-100,0%
Outras receitas operacionais	3.056	0,1%	(870)	0,0%	-451,3%
Lucro operacional (EBIT)	524.126	17,1%	552.147	17,8%	-5,1%
(+) Depreciações e amortizações	80.973	2,6%	70.293	2,3%	15,2%
EBITDA	605.099	19,7%	622.440	20,0%	-2,8%
<i>Margem EBITDA</i>	19,7%		20,0%		-0,3 p.p.
Resultado financeiro	(178.830)	-5,8%	(104.226)	-3,4%	71,6%
Lucro antes dos impostos	345.296	11,2%	447.921	14,4%	-22,9%
Imposto de renda e contribuição social	(155.778)	-5,1%	(111.937)	-3,6%	39,2%
Lucro líquido	189.518	6,2%	335.984	10,8%	-43,6%
<i>Margem líquida</i>	6,2%		10,8%		-4,6 p.p.

Resultado (R\$ milhares)	12M22	A.V.	12M21	A.V.	Var.
Receita bruta	14.250.353	134,7%	12.579.777	131,6%	13,3%
Impostos e cancelamentos	(3.673.501)	-34,7%	(3.023.662)	-31,6%	21,5%
Receita operacional líquida	10.576.852	100,0%	9.556.115	100,0%	10,7%
Custo de mercadorias vendidas	(6.750.978)	-63,8%	(6.233.499)	-65,2%	8,3%
Lucro bruto	3.825.874	36,2%	3.322.616	34,8%	15,1%
<i>Margem bruta</i>	36,2%		34,8%		1,4 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(337.942)	-3,2%	(290.742)	-3,0%	16,2%
Despesas com vendas	(1.856.070)	-17,5%	(1.756.417)	-18,4%	5,7%
Resultado de equivalência	-	0,0%	25.268	0,3%	-100,0%
Outras receitas operacionais	20.254	0,2%	14.671	0,2%	38,1%
Lucro operacional (EBIT)	1.652.116	15,6%	1.315.396	13,8%	25,6%
(+) Depreciações e amortizações	315.613	3,0%	287.462	3,0%	9,8%
EBITDA	1.967.729	18,6%	1.602.858	16,8%	22,8%
<i>Margem EBITDA</i>	18,6%		16,8%		1,8 p.p.
Resultado financeiro	(991.428)	-9,4%	(706.090)	-7,4%	40,4%
Lucro antes dos impostos	660.688	6,2%	609.306	6,4%	8,4%
Imposto de renda e contribuição social	(235.713)	-2,2%	(78.431)	-0,8%	200,5%
Lucro líquido	424.975	4,0%	530.875	5,6%	-19,9%
<i>Margem líquida</i>	4,0%		5,6%		-1,5 p.p.

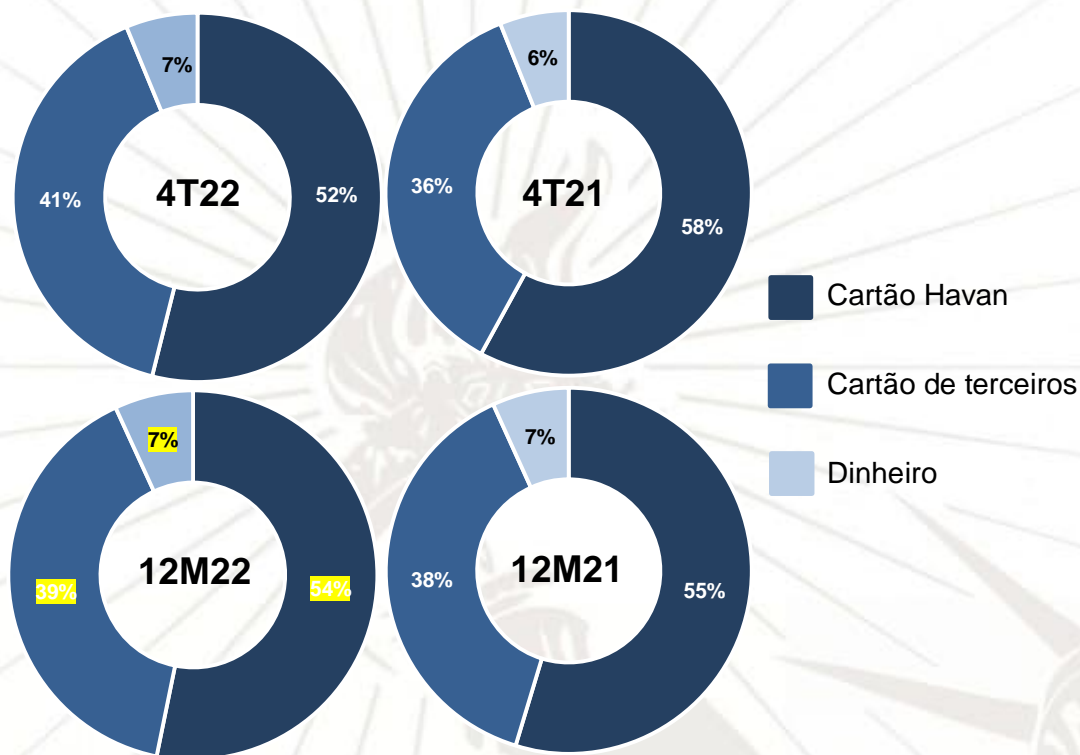
(R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade Total de Lojas Físicas	171	168
Área Total de Vendas (m ²)	847.190	815.247
Área Média de Vendas por Loja (m ²)	4.954	4.853
Same-Store Sales %	8,1%	18,9%
Receita Bruta	14.250.353	12.579.777
Receita Bruta por m ² de Área de Venda (R\$)	16.821	15.431
Receita líquida	10.576.852	9.556.115
Lucro Bruto	3.825.874	3.322.616
Margem Bruta %	36,2%	34,8%
EBIT	1.652.116	1.315.396
Margem EBIT %	15,6%	13,8%
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento – Locações de imóveis	(347.204)	(299.729)
(+/-) Amortização de Direito de Uso – Locações de imóveis	174.756	155.969
EBIT Ajustado	1.479.668	1.171.636
Margem EBIT Ajustado %	14,0%	12,3%
EBITDA	1.967.729	1.602.858
Margem EBITDA %	18,6%	16,8%
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento – Locações de imóveis	(347.204)	(299.729)
EBITDA Ajustado	1.620.525	1.303.129
Margem EBITDA Ajustada %	15,3%	13,6%
Lucro Líquido	424.975	530.875
Margem Líquida %	4,0%	5,6%
(+/-) Encargos do Passivo de Arrendamento – Locações de imóveis	237.584	205.622
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento – Locações de imóveis	(347.204)	(299.729)
(+/-) Amortização de Direito de Uso – Locações de imóveis	174.756	155.969
(+/-) Despesas Financeiras FIDC	730.499	707.781
(+/-) Impacto Fiscal – Soma dos ajustes acima aplicado a alíquota de 34%	(270.516)	(261.678)
Lucro Líquido Ajustado	950.094	1.038.839
Margem Lucro Líquido Ajustado %	9,0%	10,9%
NOPAT Ajustado	976.581	773.280
Capital de Giro (Estoques + Contas a Receber - Fornecedores)	1.797.139	1.663.680
Imobilizado e Intangível	1.540.825	1.484.160
Capital Total Investido	3.337.964	3.147.840
ROIC	29,3%	24,6%
Dívida bruta	2.362.745	2.362.872
Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras e Instrumentos financeiros	1.082.937	1.313.071
Dívida Líquida	1.279.808	1.049.801
Total do patrimônio líquido	744.009	793.845
Dívida líquida e patrimônio líquido	2.023.817	1.843.646
Quociente de alavancagem	63%	57%

Destacamos que a Havan S.A. vende os recebíveis do cartão Havan para o Havan Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”), empresa considerada parte relacionada através dos seus investidores. Caso a Companhia não vendesse os títulos e utiliza-se o mesmo método de reconhecimento para esses títulos obteríamos um resultado expresso da seguinte forma:

(R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Ajustado	950.094	1.038.839
(+) <i>Receitas Financeiras FIDC – Juros cobrados</i>	216.139	167.454
(-) <i>Perdas de Créditos</i>	(363.231)	(184.273)
(+/-) <i>Impacto Fiscal – Soma dos ajustes acima aplicado a alíquota de 34%</i>	50.011	5.719
Lucro Líquido Ajustado dos Impactos FIDC	853.013	1.027.739
<i>Margem Lucro Líquido Ajustado dos Impactos FIDC %</i>	8,1%	8,6%

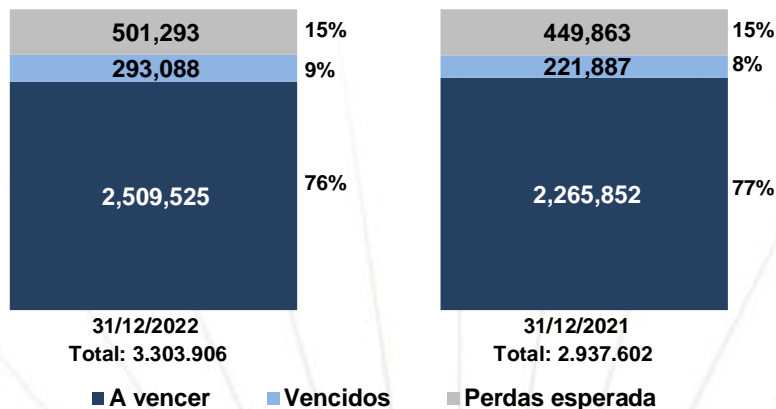
5) Análise da carteira de crédito

As vendas com cartão próprio da Havan acumuladas até o 4º trimestre de 2022 representaram 52% do faturamento. A seguir, demonstramos o perfil de pagamento de nossos clientes para o 4º trimestre de 2022 e 2021 e para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:



A carteira de recebíveis cresceu em 12% comparado a dezembro de 2021, devido principalmente a mudança no perfil de pagamentos de nossos clientes. A seguir demonstramos o perfil de vencimento da nossa carteira de recebíveis:

Carteira Total (Em R\$ Mil)



6) Projetos e Patrocínios

Nós acreditamos que grandes ideias e boas ações são o primeiro passo para construirmos o Brasil que queremos. Por isso, investimos e incentivamos projetos e pessoas que contribuem com a comunidade, geram oportunidades, desenvolvimento e buscam fazer a diferença onde estão inseridos.

Esportes:

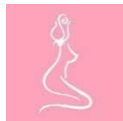


Atletas:

André Baran – Atleta de Beach Tennis
 Matheus Rheine – Atleta de Natação Paralímpica
 Thulio Toledo Santos - Atleta de Bocha Paralímpica
 Ymanitu Silva – Tenista Paralímpico
 Esquiva Falcão – Boxeador

Instituições:

Rede Feminina
 ACAPRA - Brusque
 APAE – Brusque
 ASBRU – Brusque



Cultura:

A.N Produções Culturais
 Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil
 Instituto Beto Carrero
 Tangará Produções
 Parque das Águas
 Centro de Convivência Arte e Vida
 Pianístico de Joinville (concertos ao som de pianos)



7) Premiações

Havan é premiada como uma das empresas mais inovadoras do sul do país. A varejista ficou na 10ª colocação do prêmio “Campeãs da Inovação”, divulgado nesta semana, pelo Grupo Amanhã. E ainda conquistou a 5ª colocação na categoria especial “Estratégia e Cultura”.

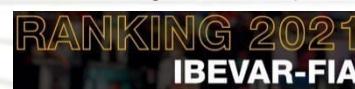


Havan lojas



é premiada no evento Presidentes, do Grupo Eletrolar, em São Paulo. A rede de Havan foi reconhecida como “Destaque do Varejo Nacional”.

Havan recebe dois prêmios de Excelência em Varejo pelo ranking Ibevar-FIA. Aparece em primeiro lugar como organização com maior crescimento do faturamento 2020-21 no segmento Loja de Departamentos e no ranking como uma das organizações mais eficientes na operação, considerando a produtividade conjunta das lojas e dos funcionários no segmento Lojas de Departamentos.



Havan



recebeu o Prêmio Top de Marketing e Vendas da ADVB/SC, em Florianópolis, na categoria Varejo do Oscar do Marketing Catarinense

A Havan o segundo em “Cartões participou da

obteve um ótimo resultado no Prêmio Reclame Aqui 2022 conquistando lugar na categoria “E-Commerce – Mídias Operações” e quarta posição de Crédito – CO-Branded”. Esta foi a primeira vez que a varejista premiação.

A Havan foi certificada pelo 4º ano consecutivo pelo GPTW (Great Place To Work) como uma das melhores empresas para se trabalhar. Sendo premiada em 4º lugar no segmento de varejo do Brasil em empresas com mais de 10 mil colaboradores. Destacamos que 87% dos colaboradores dizem que este é um ótimo lugar para trabalhar.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Havan S.A.
Brusque - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Havan S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de vendas

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas dentro de seus períodos de competência. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 2.3 e 20.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia e testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para confirmação do corte do reconhecimento de receita, testes documentais para verificação das vendas realizadas e recebimentos financeiros, bem como, testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas e testes específicos nos critérios de cálculo dos ajustes a valor presente, com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de vendas, não identificamos ajustes de auditoria. Esse resultado está consistente com a avaliação da diretoria, assim, consideramos que as práticas contábeis, registros contábeis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 20, adotados pela diretoria, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeira não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 07 de fevereiro de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC000048/F



Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	821.195	1.290.606
Aplicações financeiras	5	255.619	-
Contas a receber de clientes	6	2.540.674	2.271.745
Estoques	7	1.354.949	1.638.343
Impostos a recuperar	8	87.758	76.607
Adiantamentos a colaboradores		2.624	2.162
Outros ativos		75.227	53.442
Instrumentos financeiros derivativos	19.g	6.123	22.465
Total do ativo circulante		5.144.169	5.355.370
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	81.192	99.239
Impostos a recuperar	8	39.684	51.910
Depósitos judiciais	17	8.902	8.579
Tributos diferidos	14.a	144.905	100.128
Partes relacionadas	10	-	30.314
Imobilizado	9	1.496.803	1.445.108
Direito de uso de arrendamento	15	2.355.158	2.243.176
Intangível		44.022	39.052
Total do ativo não circulante		4.170.666	4.017.506
Total do ativo		9.314.835	9.372.876

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	2.179.676	2.345.647
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.144.669	687.971
Obrigações sociais e trabalhistas		197.838	185.959
Obrigações tributárias	13	372.244	315.885
Dividendos a pagar	18.b	16.477	199.214
Passivo de arrendamentos	15	218.486	154.954
Outros passivos	16	162.214	127.053
Total do passivo circulante		4.291.604	4.016.683
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.218.076	1.674.901
Obrigações tributárias	13	186.949	206.378
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	423.822	314.394
Passivo de arrendamentos	15	2.439.212	2.312.125
Outros passivos	16	11.163	54.550
Total do passivo não circulante		4.279.222	4.562.348
Patrimônio líquido	18		
Capital social		300.000	300.000
Reserva legal		60.000	51.514
Reserva de incentivos fiscais		384.009	336.774
Lucros acumulados		-	105.557
Total do patrimônio líquido		744.009	793.845
Total do passivo e patrimônio líquido		9.314.835	9.372.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	10.576.852	9.556.115
Custo de mercadorias vendidas	21	(6.750.978)	(6.233.499)
Lucro bruto		3.825.874	3.322.616
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(337.942)	(290.742)
Despesas com vendas	21	(1.856.070)	(1.756.417)
Resultado de equivalência		-	25.268
Outras receitas operacionais	23	20.254	14.671
		(2.173.758)	(2.007.220)
Resultado antes do resultado financeiro		1.652.116	1.315.396
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		543.609	345.088
Despesas financeiras		(1.539.211)	(1.271.695)
Variação cambial		4.174	220.517
		(991.428)	(706.090)
Lucro antes dos impostos		660.688	609.306
Imposto de renda e contribuição social			
IRPJ e CSLL correntes	14.b	(280.490)	(104.963)
IRPJ e CSLL diferidos	14.b	44.777	26.532
Lucro líquido do exercício		424.975	530.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	424.975	530.875
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Varição cambial oriunda de investida controlada no exterior	-	46.588
Total dos resultados abrangentes	<u>424.975</u>	<u>577.463</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes Variação cambial de investida	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.000	24.971	302.688	525.551	167.912	1.321.122
Lucro líquido do exercício	-	-	-	530.875	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(890.240)	-	(890.240)
Constituição de reserva legal	-	26.543	-	(26.543)	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	34.086	(34.086)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	46.588	46.588
Realização da variação cambial de investida	-	-	-	-	(214.500)	(214.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	300.000	51.514	336.774	105.557	-	793.845
Lucro líquido do exercício	-	-	-	424.975	-	424.975
Distribuição de lucros	-	-	-	(474.811)	-	(474.811)
Constituição de reserva legal	-	8.486	-	(8.486)	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	47.235	(47.235)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300.000	60.000	384.009	-	-	744.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	660.688	609.306
Depreciações	101.884	89.240
Amortização de direito de uso	207.507	194.036
Amortizações	6.222	4.186
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	339.005	168.503
Juros auferidos e não resgatados	(20.619)	-
Encargos sobre arrendamentos a pagar	261.194	217.713
Resultado de equivalência	-	(25.268)
Baixa de ativo imobilizado	1.106	1.596
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	275.184	280.918
Provisão de estoques	(568)	2.151
Variação dos instrumentos financeiros	16.342	5.429
Juros sobre parcelamentos tributários	22.576	13.344
Provisão/Estorno de contingências	109.428	72.286
Variação cambial sobre empréstimos	(19.708)	11.105
Variação cambial sobre arrendamentos	(2.712)	2.996
Baixa de arrendamento	1.888	-
Redução (aumento) em:		
Contas a receber de clientes	(526.066)	(527.692)
Estoques	283.962	(485.124)
Impostos a recuperar	1.075	173.591
Partes relacionadas	30.314	160.115
Outros ativos	(22.570)	(18.040)
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	(165.971)	(133.873)
Obrigações sociais e trabalhistas	11.879	33.378
Obrigações tributárias	(92.333)	(33.398)
Partes relacionadas	-	(104)
Outros passivos	(8.226)	(11.526)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(173.803)	(136.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.297.678	668.679

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de ativo imobilizado	(154.685)	(399.282)
Adições de intangível	(11.192)	(18.678)
Aplicações financeiras	(235.000)	-
Aumento de capital em controlada	-	(37.859)
Realização da variação cambial de investida	-	(214.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(400.877)	(670.319)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Captação de empréstimos	548.862	700.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(612.846)	(804.259)
Juros pagos sobre empréstimos	(255.440)	(134.547)
Dividendos pagos	(657.548)	(48.731)
Contraprestação de arrendamento	(389.240)	(342.010)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.366.212)	(629.547)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(469.411)	(631.187)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.290.606	1.921.793
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	821.195	1.290.606
Varição líquida no caixa e equivalentes de caixa	(469.411)	(631.187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(+) RECEITAS	13.353.983	11.910.889
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	13.290.246	11.894.670
Prestação de serviços	306.069	272.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(275.184)	(280.918)
Outras receitas	32.852	24.246
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui impostos)	(8.655.932)	(8.020.914)
Custos das vendas de mercadorias e dos serviços prestados	(7.644.082)	(7.111.672)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.012.417)	(911.360)
Perdas/Recuperação de valores ativos	567	2.118
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	4.698.051	3.889.975
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(315.613)	(287.462)
Depreciação, amortização e exaustão	(315.613)	(287.462)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.382.438	3.602.513
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	547.497	592.166
Resultado de equivalência patrimonial	-	25.268
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	547.497	566.898
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.929.935	4.194.679
(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.929.935	4.194.679
Pessoal	996.139	888.222
Remuneração direta	854.301	762.577
Benefícios	86.397	78.221
FGTS	55.441	47.424
Impostos, taxas e contribuições	1.961.676	1.487.465
Federais	695.988	447.822
Estaduais	1.249.774	1.025.813
Municipais	15.914	13.830
Remuneração de capitais de terceiros	1.547.147	1.288.117
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	1.538.926	1.272.985
Aluguéis	8.221	15.132
Remuneração de capitais próprios	424.973	530.875
Juros sobre capital próprio e lucros distribuídos	424.973	890.240
Lucros retidos	-	(359.365)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

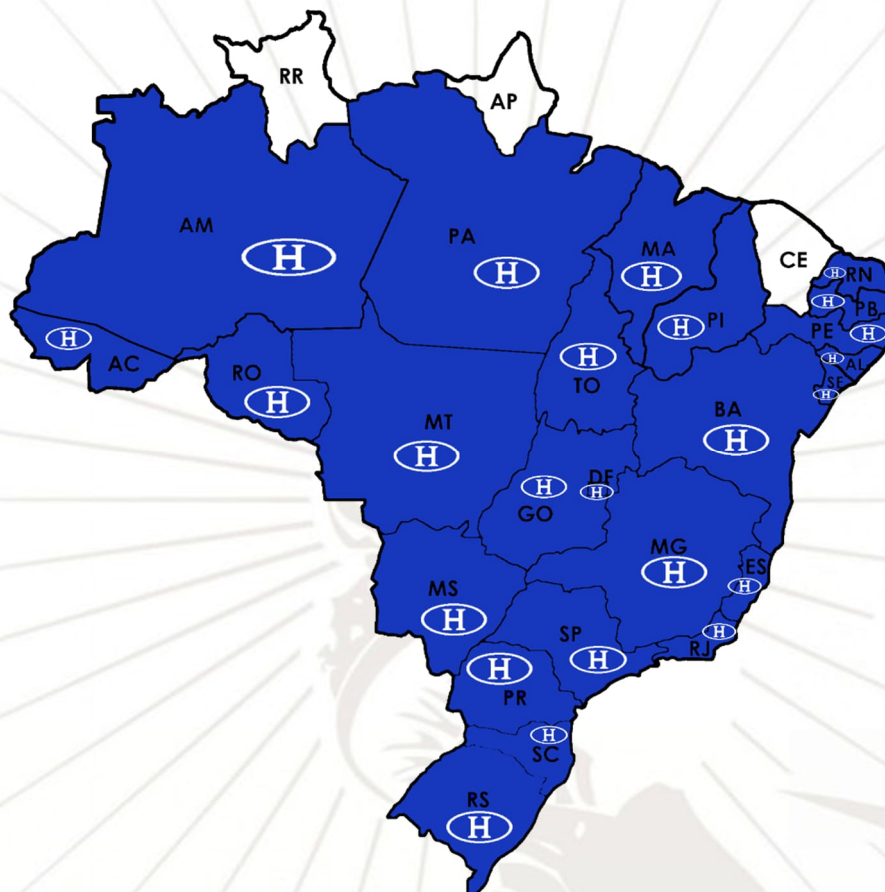
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Havan S.A. (“Havan” ou “Companhia”), com sede em Brusque (Rod. Antônio Heil, 200 - Centro 1, CEP 88353-100) - Estado de Santa Catarina, foi constituída em 26 de setembro de 1986. A Companhia atua na venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela Internet.

As operações são efetuadas através de 171 megalojas físicas e 1 e-commerce, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram inauguradas 6 megalojas (31 de dezembro de 2021 – 15 lojas) a Havan está localizada em 23 estados e no Distrito Federal conforme mapa abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2023.

2.1.1. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a liquidez corrente é de 1,20 (R\$ 5.144.169 - Ativo Circulante em 2022 / R\$ 4.291.604 – Passivo Circulante em 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras--Continuação****2.1.2. Efeitos pandemia do COVID-19**

A Companhia vem acompanhando os efeitos da pandemia e tomando decisões necessárias, elegendo como prioridades: (i) a saúde e segurança de seus colaboradores, (ii) a continuidade da operação e a (iii) manutenção dos empregos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todas as lojas estavam operando sem restrições.

A Companhia, também, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: A Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional;
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: A Companhia observava os índices de recebimento/inadimplência a fim de manter suas políticas de crédito e cobrança de acordo com o atual cenário de mercado.
- c) Não houve impacto significativamente adverso nos fluxos de caixa e resultados projetados da Companhia que pudesse impactar em perda significativa no valor ou gerar dúvida na realização de seus ativos, incluindo estoques, tributos diferidos e ativos imobilizados.

2.1.2. Efeitos da guerra na Ucrânia

A Administração vem acompanhando os efeitos da guerra na Ucrânia, analisando os impactos das sanções a determinadas entidades e indivíduos russos, restrições de importações, indisponibilidade de mercadorias e/ou materiais, flutuações de preços, taxas de câmbios e outras possíveis consequências diretas e indiretas a Companhia, seus fornecedores, clientes e demais parceiros. A Companhia não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras ou na continuidade da sua operação.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.3. Reconhecimento de receita**

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

(i) Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições; i) o controle sobre as mercadorias é transferido para o comprador; ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas; ii) os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

(ii) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos (de direito exclusivo da Companhia) fluirão para a Companhia e se seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

2.4. Tributos**(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas de forma redutora na mesma rubrica para a apresentação do efeito líquido, sempre que aplicável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e aplica o tratamento contábil e/ou divulgações julgadas adequadas para cada situação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.4. Tributos--Continuação****(i) Imposto de renda e contribuição social – correntes--Continuação**

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.4. Tributos--Continuação****(ii) Tributos diferidos--Continuação**

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

(iii) Tributos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos tributos. As aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas também são reconhecidas líquidas dos impostos e seus respectivos incentivos fiscais. Quando as aquisições não originarão direito a crédito tributário, os tributos não recuperáveis são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa até seu limite de recuperabilidade. Após sua apuração as posições credoras ou devedoras serão apresentadas na forma de saldos a recuperar ou a pagar, no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária de cada estado variando de 4% a 18%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- ✓ Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado (“CA”);
- ✓ Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade
- ✓ Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”);

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.5. Instrumentos financeiros--Continuação**(i) *Ativos financeiros--Continuação*Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

✓ Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Neste grupo estão inclusas as rubricas de contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas.

✓ Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Neste grupo estão inclusas as rubricas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros (*swap*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.5. Instrumentos financeiros--Continuação****(i) Ativos financeiros--Continuação****Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

(i) Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.5. Instrumentos financeiros--Continuação**(i) *Passivos financeiros--Continuação*Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA).

A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado, exceto por derivativos que são remensuradas em cada data base por seu valor de mercado com registro ao resultado.

✓ Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurado ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é necessário para as contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores. A contrapartida dos ajustes a valor presente é efetuada com contrapartida em rubricas de resultado, quando apropriado, observando a essência econômica e natureza de cada transação.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.9. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são trimestralmente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

2.10. Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas ajustado a valor presente quando aplicável, e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.11. Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto terrenos e obras em andamento. Juros incorridos são capitalizados durante a fase de construção dos bens, para ativos elegíveis e quando aplicável. A depreciação é calculada e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e conseqüentemente as taxas de depreciação são revisadas anualmente ao final do exercício, sendo o efeito de quaisquer mudanças nestas estimativas tratados prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. certo

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 2.15.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.13. Provisões***Geral*

Provisões são reconhecidas quando: i) existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.14. Arrendamentos--Continuação***Ativos de direito de uso*

A Companhia passou a reconhecer, a partir de 01 de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se for provável que a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.14. Arrendamentos--Continuação***Passivos de arrendamento--Continuação*

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.16. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização ao final de cada período de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.16. Mensuração do valor justo--Continuação**

Os instrumentos financeiros da Companhia registrados a valor justo na data dos balanços foram mensurados da seguinte forma:

- Nível 1: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras;
- Nível 2: instrumentos financeiros derivativos (swap).

2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.18. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo relativo à distribuição de lucros quando existe uma obrigação presente de distribuição na data base de apresentação das demonstrações financeiras, oriunda de previsões societárias ou quando estipuladas e autorizadas até a referida data.

2.19. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.20. Segmento operacional**

A Companhia atua no varejo no Brasil e possui um único segmento operacional. Em função da concentração de suas atividades no segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela internet, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio, possuindo, portanto, um único segmento.

2.21. Benefícios a empregados e administradores

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Participação dos colaboradores e administradores no resultado

Tanto os executivos como os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Não existem pagamentos baseados em cotas ou outra espécie de remuneração complementar aos executivos além da participação no resultado.

2.22. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Os benefícios de subvenções governamentais se referem a itens de despesa, e são reconhecidos como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. A Companhia destaca em uma rubrica do patrimônio líquido os ganhos obtidos por incentivos fiscais.

A Companhia registra como subvenções governamentais os incentivos fiscais substancialmente de ICMS obtidos juntos aos órgãos competentes e legislações vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

A Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, pois os custos inevitáveis nos contratos, que eram os custos de cumpri-los, compreendiam apenas custos incrementais diretamente relacionados aos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação**Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**3.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os julgamentos, abaixo descritos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Os períodos de renovação de arrendamentos com períodos não canceláveis mais longos não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**3.2. Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(i) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(ii) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**3.2. Estimativas e premissas--Continuação***(iii) Provisão para perdas nos estoques*

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(iv) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também considera a relação de itens tidos como obsoletos.

(v) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes é estimada com base no histórico de perdas identificadas e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização de contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e depósitos à vista	97.035	224.167
Aplicações financeiras	724.160	1.066.439
	821.195	1.290.606

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas, entre 77,0% a 100,0% do CDI (2021 - 80,0% a 100,0% do CDI).

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras	255.619	-
	255.619	-

A Companhia aplicou recursos em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, com prazos de até 1 ano, para obter uma remuneração superior as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, sendo remuneradas entre 100,0% a 104,3% do CDI. As aplicações financeiras podem ser resgatadas anteriormente ao seu vencimento, contudo com rendimentos inferiores ao previstos inicialmente.

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cientes cartão Havan	2.257.395	2.027.268
Administradoras de cartões de crédito	1.046.511	910.334
Contas a receber	3.303.906	2.937.602
(-) Ajuste a valor presente	(92.184)	(35.655)
(-) Perdas de créditos esperadas	(589.856)	(530.963)
Total de contas a receber de clientes	<u>2.621.866</u>	<u>2.370.984</u>
Circulante	2.540.674	2.271.745
Não circulante	81.192	99.239

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, que considerou o risco atrelado ao recebível como sendo a taxa média de inadimplência adicionado ao CDI como indexador inflacionário. O prazo médio de recebimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 67 dias (31 de dezembro de 2021 – 70 dias).

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 9,13% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (2,88% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

O saldo com as administradoras de cartões de crédito corresponde aos recebíveis provenientes das vendas no curso normal dos negócios da Companhia, os quais vencem em parcelas de até 10 meses. Os saldos de recebíveis decorrentes do Cartão Havan são de operações de crediário (parcelamento direto Companhia e cliente), podendo ser parcelado em até 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A Administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(531.740)
Adições	(280.918)
Baixas	281.695
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(530.963)
Adições	(275.184)
Baixas	216.291
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(589.856)

O critério das perdas estimadas em crédito do Cartão Havan, tem como base o histórico de realização da carteira, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira. O percentual estimado, calculado com base histórica, que é de 1,97% (1,77% em 2021) sobre as vendas. Em adição a esta análise a Companhia efetua a avaliação de impairment da carteira e realiza eventuais complementos da provisão.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer:		
A vencer acima de 360 dias	81.192	99.239
A vencer de 181 a 360 dias	378.084	460.487
A vencer de 91 a 180 dias	644.119	567.990
A vencer até 90 dias	1.406.130	1.138.136
Vencidos:		
Vencidos até 90 dias	163.279	126.350
Vencidos de 91 a 180 dias	129.809	95.537
Vencidos de 181 a 360 dias	206.332	169.200
Vencidos há mais de 360 dias	294.961	280.663
	<u>3.303.906</u>	<u>2.937.602</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

Os estoques da Companhia estão assim formados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mercadorias para revenda	1.382.490	1.662.224
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(14.802)	(10.574)
(-) Provisão para perdas de estoques	(12.739)	(13.307)
	<u>1.354.949</u>	<u>1.638.343</u>

A movimentação da provisão para perdas de estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(11.156)</u>
Adições	<u>(2.151)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(13.307)</u>
Baixas	<u>568</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(12.739)</u>

8. Impostos a recuperar

Registra-se nesta rubrica, montantes relativos a impostos passíveis de compensação e/ou restituição, oriundos das atividades da Companhia.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a recuperar	10.936	484
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	60.137	71.671
IRPJ/CSLL a recuperar	56.362	56.362
Outros	7	-
	<u>127.442</u>	<u>128.517</u>
Circulante	87.758	76.607
Não circulante	39.684	51.910

Em 24 de setembro de 2021 foi finalizado o julgamento no STF, cujo objeto era o Tema nº 962/STF, destacado em repercussão geral, em que analisa o Recurso Extraordinário 1.063.187/SC, devendo ser aplicado a todos os processos que tratam do assunto, a partir da publicação do acórdão. Assim, o STF definiu que os contribuintes com ação judicial em andamento terão reconhecida a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores correspondentes à aplicação de Selic na repetição de indébito tributário, pela uniformização do precedente, com o direito à repetição do indébito dos valores dessa maneira pagos indevidamente. Com este entendimento, a Companhia entrou com a ação e reconheceu o crédito tributário no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 56.362, a Companhia aguarda o despacho transitado e julgado para utilização dos créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa média anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2021
Edificações e instalações	4% a 5%	320.520	(91.992)	228.528	207.748
Máquinas e equipamentos	10%	88.617	(41.115)	47.502	50.300
Móveis e utensílios	10%	329.934	(169.745)	160.189	166.793
Equipamentos de informática	20%	115.663	(64.794)	50.869	52.154
Veículos e aeronaves	10% a 35%	16.966	(6.481)	10.485	12.132
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 10%	1.196.741	(231.529)	965.212	925.361
Obras em andamento (a)		34.018	-	34.018	30.620
		2.102.459	(605.656)	1.496.803	1.445.108

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Custo					
Edificações e instalações	290.989	29.531	-	-	320.520
Máquinas e equipamentos	87.262	1.885	(530)	-	88.617
Móveis e utensílios	309.733	21.259	(1.058)	-	329.934
Equipamentos de informática	105.627	10.162	(126)	-	115.663
Veículos e aeronaves	17.080	-	(114)	-	16.966
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.108.431	-	(140)	88.450	1.196.741
Obras em andamento	30.620	91.848	-	(88.450)	34.018
	1.949.742	154.685	(1.968)	-	2.102.459
Depreciação					
Edificações e instalações	(83.241)	(8.751)	-	-	(91.992)
Máquinas e equipamentos	(36.962)	(4.186)	33	-	(41.115)
Móveis e utensílios	(142.940)	(27.280)	475	-	(169.745)
Equipamentos de informática	(53.473)	(11.675)	354	-	(64.794)
Veículos e aeronaves	(4.948)	(1.533)	-	-	(6.481)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(183.070)	(48.459)	-	-	(231.529)
	(504.634)	(101.884)	862	-	(605.656)
Total do imobilizado	1.445.108	52.801	(1.106)	-	1.496.803

(a) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía obras em andamentos nas cidades de Joinville/SC e Manaus/AM. A Companhia não possui previsão de inauguração para essas megalojas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2021
Custo					
Edificações e instalações	262.123	26.149	-	2.717	290.989
Máquinas e equipamentos	81.830	5.550	(118)	-	87.262
Móveis e utensílios	260.193	46.674	(119)	2.985	309.733
Equipamentos de informática	83.886	20.985	(87)	843	105.627
Veículos e aeronaves	17.208	-	(128)	-	17.080
Benfeitorias em imóveis de terceiros	823.319	286.257	(1.285)	140	1.108.431
Obras em andamento	23.638	13.667	-	(6.685)	30.620
	<u>1.552.197</u>	<u>399.282</u>	<u>(1.737)</u>	<u>-</u>	<u>1.949.742</u>
Depreciação					
Edificações e instalações	(74.166)	(9.075)	-	-	(83.241)
Máquinas e equipamentos	(32.493)	(4.476)	7	-	(36.962)
Móveis e utensílios	(119.264)	(23.678)	2	-	(142.940)
Equipamentos de informática	(43.306)	(10.171)	4	-	(53.473)
Veículos e aeronaves	(3.506)	(1.570)	128	-	(4.948)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(142.800)	(40.270)	-	-	(183.070)
	<u>(415.535)</u>	<u>(89.240)</u>	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>(504.634)</u>
Total do imobilizado	<u><u>1.136.662</u></u>	<u><u>310.042</u></u>	<u><u>(1.596)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.445.108</u></u>

A Companhia não possui imobilizados de sua propriedade dados em garantias a quaisquer empréstimos e financiamentos, ou, de processos seja na esfera administrativa ou judicial.

A Companhia revisou e não identificou mudanças em suas taxas de depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas perdas no retorno dos ativos da Companhia que pudessem requerer provisão para perda de recuperabilidade (*impairment*) de seus ativos imobilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

	Categoria	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Adiantamento de obras (ativo não circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Adto. Obras	-	28.380
Master S.A.	Adto. Obras	-	1.934
Total do ativo		-	30.314
		31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Fornecedores (passivo circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Aluguel	11.872	10.905
Brashop S.A.	Aluguel	2.038	1.844
Master S.A.	Aluguel	1.824	1.331
Angicos Participações Ltda.	Aluguel	240	218
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Aluguel	49	45
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Aluguel	422	384
Solução Propaganda e Publicidade Ltda.	Marketing	-	244
		16.445	14.971
Passivo de arrendamentos (passivo circulante e não circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Arrendamentos	985.492	992.152
Brashop S.A.	Arrendamentos	211.068	192.581
Master S.A.	Arrendamentos	211.068	107.294
Angicos Participações Ltda.	Arrendamentos	30.859	28.108
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Arrendamentos	-	521
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Arrendamentos	40.488	36.774
		1.478.975	1.357.430
Total do passivo		1.495.420	1.372.401

- (a) Os valores a receber na data dos balanços referem-se a adiantamentos feitos pela Companhia para financiamento da construção de lojas. Os valores adiantados são atualizados pelo mesmo índice da correção do aluguel, e são quitados em até 30 dias após o fechamento mensal. Os aluguéis são definidos entre 0,75% e 1,5% do valor dos imóveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

Transações que afetaram o resultado do exercício:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesa energia elétrica		
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	(12.560)	(7.794)
Geradora de Energia São Maurício S.A.	(4.896)	(2.970)
Despesa antecipação de recebíveis		
Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(730.499)	(707.781)
Despesas de serviços de publicidade		
Solução Propaganda e Publicidade Ltda.	(759)	(3.290)
Despesas de amortização de direito de uso		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(93.609)	(88.162)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(9.348)	(8.393)
Master S.A.	(8.321)	(8.229)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(516)	(379)
Angicos Participações Ltda.	(994)	(1.035)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(1.544)	(611)
Despesas de juros sobre arrendamento		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(92.685)	(90.568)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(12.157)	(19.575)
Master S.A.	(15.581)	(13.910)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(18)	(35)
Angicos Participações Ltda.	(2.446)	(2.581)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(4.535)	(1.817)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação**10.1. Termos e condições de transação com partes relacionadas**

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia, o Sr. Luciano Hang.

A Companhia mantém contratos de aluguel de lojas comerciais com a Brashop S.A. Administradora de Shopping Center, Master S.A., Edmonton Comércio e Serviços Ltda., Angicos Participações Ltda. e com Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, os preços acordados são considerados a prática de mercado vigente.

As despesas de energia elétrica referem-se à compra de energia de companhias geradoras de energia elétrica (PCH) de propriedade dos acionistas ou nas quais os acionistas tenham participação societária. Os preços são estabelecidos em contratos e respeitam as diretrizes dos órgãos reguladores.

A Companhia não possui cotas ou controle do FIDC - Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As despesas com as antecipações de recebíveis com a Havan Fundo de Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis pagos para o FIDC de acordo com as taxas pré-acordadas com entra as partes. Ao transferir o título a Companhia não possui mais direito ou obrigação sobre os recebíveis, sendo todos os riscos e benefícios transferidos para o FIDC, ainda, a Companhia não fornece garantias aos recebíveis.

10.2 Despesas com administradores

A Companhia é administrada por uma Diretoria, formada por 2 (dois) membros acionistas ou não, residentes no país. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, encargos sociais obrigatórios, totalizaram R\$ 1.848 (R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia concede aos seus administradores plano de assistência médica, mas a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação**10.3 Obrigações da Companhia e seu acionista controlador como fiador em empréstimos de partes relacionadas**

A Companhia e seu acionista controlador Sr. Luciano Hang, participam como fiadores de contratos de empréstimos de partes relacionadas. Especificamente para a parte relacionada Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, além do aval, os empréstimos possuem cláusulas compulsórias de *covenants* a serem cumpridos, que leva em consideração inclusive os números contábeis da Havan.

A Companhia participa como fiadora em debêntures das pequena central hidrelétrica (PCH) Rincão dos Albinos Energética S.A. e Rincão São Miguel Energética S.A., que são partes relacionadas através do seu acionista controlador Luciano Hang, a Companhia possui a intensão de compra de energia que será gerada pelas PCHs.

As demonstrações financeiras da Companhia são objeto de análise de indicadores de *covenants* da Guassupi Participações S.A., porém a Companhia não é fiadora da operação, apenas possui vínculo através do seu acionista controlador Sr. Luciano Hang.

A Companhia faz acompanhamento (Cross-default) da saúde financeira de suas partes relacionadas com objetivo de destacar possíveis passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 as companhias estavam adimplentes com as obrigações e com os indicadores de *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Capital de giro</u>			
Santander	100%CDI+1,2%a.a.	-	75.460
CCB	100%CDI+2,9%a.a.	43.388	108.387
<u>Notas promissórias</u>			
Itaú	100%CDI+1,75%a.a.	600.075	525.399
<u>Debêntures</u>			
Itaú	100%CDI+2,25% a.a.	880.703	1.167.765
Bradesco	100%CDI+2,35% a.a.	67.289	132.396
Santander	100%CDI+2,25% a.a.	208.102	273.359
Opea Securitizadora	100%CDI+1,5% a.a.	537.855	-
<u>Moeda estrangeira</u>			
Citibank	100%LIBOR+0,82%	25.333	80.106
		<u>2.362.745</u>	<u>2.362.872</u>
Circulante		1.144.669	687.971
Não circulante		1.218.076	1.674.901

Os empréstimos e financiamentos são garantidos, por partes relacionadas e incluem o seguinte: i) por notas promissórias avalizadas pelos sócios, e ii) cessão fiduciária de recebíveis de aluguéis. As garantias não têm qualquer remuneração.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas de *covenants*, que estão sendo plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2022. De acordo com as cláusulas restritivas de *covenants* a Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas os seguintes índices:

- A razão entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e
- O índice de liquidez não poderá ser inferior a 1,13 (um inteiro e treze centésimos);

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está adimplente com essas cláusulas restritivas de *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A seguir demonstramos os dados dos contratos em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Data inicial</u>	<u>Data Final</u>	<u>Garantia</u>	<u>Saldo circulante</u>	<u>Saldo não circulante</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Capital de giro</u>						
CCB	21/08/2020	07/08/2023	Aval Brashop S.A. e Luciano Hang	43.388	-	43.388
<u>Notas promissórias</u>						
Itaú	15/04/2021	14/04/2023	Aval Brashop S.A., Master S.A. e Luciano Hang	600.075	-	600.075
<u>Debêntures</u>						
Itaú	03/08/2020	15/09/2025	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	332.874	547.829	880.703
Bradesco	05/10/2020	15/09/2023	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	67.289	-	67.289
Santander	08/10/2020	25/09/2025	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	74.769	133.333	208.102
Opea Securitizadora	02/05/2022	23/04/2027		941	536.914	537.855
<u>Moeda estrangeira</u>						
Citibank	28/05/2019	12/06/2023	Aval Brashop S.A. e Luciano Hang	25.333	-	25.333
				<u>1.144.669</u>	<u>1.218.076</u>	<u>2.362.745</u>

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.422.070
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	168.503
Varição cambial	11.105
Pagamento de empréstimos	(804.259)
Juros pagos	(134.547)
Captação de empréstimos	700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.362.872
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	339.005
Varição cambial	(19.708)
Pagamento de empréstimos	(612.846)
Juros pagos	(255.440)
Captação de empréstimos	548.862
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.362.745

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--ContinuaçãoCronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos do não circulante em 31 de dezembro de 2022

Ano	31/12/2022
2024	366.661
2025	316.805
A partir de 2026	534.610
	1.218.076

12. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	2.261.944	2.392.239
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(82.268)	(46.592)
	2.179.676	2.345.647

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi de 14,43% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (6,55% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Inicialmente o seu valor presente possui como contrapartida a conta de “Estoques”. Após o registro inicial, o registro da recomposição do ajuste a valor presente é registrado na rubrica “Despesas financeiras”. No saldo de fornecedores está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas no passivo circulante (Vide nota explicativa 10). Em 31 de dezembro de 2022 este saldo representava R\$ 16.445 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 14.971).

A Companhia efetua antecipações de pagamentos com seus fornecedores, realizando o pagamento com um deságio acordado entre as partes, considerando seu vencimento original e o valor, este procedimento é realizado diretamente com o fornecedor, sem intermediários ou operações de risco sacado com instituições financeiras. Os títulos antecipados somaram o montante de R\$ 312.194, os quais iriam vencer no exercício de 2023, porém o pagamento ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Alguns fornecedores da Companhia descontam suas duplicatas em certas instituições financeiras, com o objetivo de antecipar o recebimento. Os fornecedores são nomeados mandatários de cobrança junto as instituições financeiras, ou seja, a Companhia realiza o pagamento diretamente ao fornecedor na data de vencimento e nas condições do acordo comercial efetuado com o fornecedor. O Banco, por sua vez, efetua o registro da transação no SCR (“Sistema de Informações de Créditos”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”). Na avaliação da Companhia estes acordos não se configuram na operação de risco sacado. O montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 55.700 (R\$ 149.836 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a recolher	155.187	169.684
PIS e COFINS a recolher	72.733	62.969
IRRF a recolher	5.455	4.997
IRPJ e CSLL a pagar	117.509	64.789
PERT	195.303	204.172
Outros impostos	13.006	15.652
Total de obrigações tributárias	<u>559.193</u>	<u>522.263</u>
Circulante	372.244	315.885
Não circulante	186.949	206.378

Em janeiro de 2017 e setembro de 2017, a Havan, aderiu ao “PRT” e ao “PERT”, conforme previsto nas MPs nº 766/2018 e nº 783/2018, realizando a migração dos débitos já parcelados conforme a Lei 12.865/13, bem como débitos novos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB). Em dezembro de 2018 a RFB realizou a consolidação do PERT. As parcelas estão sendo pagas mensalmente conforme o cronograma de pagamentos.

14. Imposto de renda e contribuição sociala) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferenças ativas		
Provisões	63.293	56.628
Ajuste a valor presente	8.404	-
Arrendamento mercantil	75.290	51.261
Diferenças passivas		
Ajuste a valor presente	-	(123)
Instrumentos financeiros	(2.082)	(7.638)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	<u>144.905</u>	<u>100.128</u>
Total ativo	144.905	100.128

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuaçãob) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	660.688	609.306
Alíquotas vigentes dos tributos	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(224.634)	(207.164)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Doações e outras despesas indedutíveis	(3.767)	(3.539)
Juros sobre capital próprio	17.106	21.559
Incentivos fiscais	44.536	25.832
IRPJ e CSLL sobre atualização Selic processos judiciais	-	56.362
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	72.930
Créditos extemporâneos de IR e CS	1.094	-
Provisão de contingências	(70.291)	(44.936)
Outros	243	525
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(235.713)</u>	<u>(78.431)</u>
Taxa efetiva do IRPJ e CSLL	35,68%	12,87%
IRPJ e CSLL correntes	(280.490)	(104.963)
IRPJ e CSLL diferidos	44.777	26.532

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 192 contratos ativos. Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo anualmente. A Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável. A Companhia utiliza os valores fixos ou mínimos estabelecidos nos contratos e o prazo estipulado. A seguir demonstramos as variações no direito de uso de arrendamentos e passivo de arrendamentos:

a) Direito de uso de arrendamentos

A movimentação do direito de uso de arrendamentos da Companhia está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Equipamentos de informática	Locações de imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.168	3.590	2.389.035	2.631.793
(+) Novos contratos	-	-	255.742	255.742
(+/-) Remensuração	-	-	(450.323)	(450.323)
(-) Amortização	(36.804)	(1.263)	(155.969)	(194.036)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.364	2.327	2.038.485	2.243.176
(+) Novos contratos	-	-	111.630	109.742
(+/-) Remensuração	(1.888)	-	209.747	209.747
(-) Amortização	(31.588)	(1.163)	(174.756)	(207.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	168.888	1.164	2.185.106	2.355.158

A composição está demonstrada abaixo:

	Custo de Aquisição	Amortização acumulada	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2021
Aeronaves	318.145	(149.257)	168.888	202.364
Equipamentos de informática	11.248	(10.084)	1.164	2.327
Locações de imóveis	2.841.787	(656.681)	2.185.106	2.038.485
	3.171.180	(816.022)	2.355.158	2.243.176

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos--Continuaçãob) Passivo de arrendamentos

Os saldos de passivo de arrendamentos estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aeronaves	193.903	213.709
Equipamentos de informática	1.078	2.410
Locações de imóveis	2.462.717	2.250.960
Arrendamentos a pagar com terceiros	2.657.698	2.467.079
	218.486	154.954
Circulante	218.486	154.954
Não circulante	2.439.212	2.312.125

No saldo de locações de imóveis está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas como passivo de arrendamento (Vide nota explicativa 10). Em 31 de dezembro de 2022 este saldo representava R\$ 1.478.975 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.357.430). A movimentação de passivo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	<u>Aeronaves</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Locações de imóveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.682	3.631	2.539.648	2.782.961
(+) Novos contratos	-	-	255.742	258.738
(+/-) Remensuração	2.996	-	(450.323)	(450.323)
(+) Encargos	11.820	271	205.622	217.713
(-) Contraprestação (principal e juros)	(40.789)	(1.492)	(299.729)	(342.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	213.709	2.410	2.250.960	2.467.079
(+) Novos contratos	-	-	111.630	108.918
(+/-) Remensuração	(2.712)	-	209.747	209.747
(+) Encargos	23.450	160	237.584	261.194
(-) Contraprestação (principal e juros)	(40.544)	(1.492)	(347.204)	(389.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	193.903	1.078	2.462.717	2.657.698
Circulante	96.132	1.078	121.276	218.486
Não circulante	97.771	-	2.341.441	2.439.212

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos--Continuação**b) Passivo de arrendamentos--Continuação**

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Ano	<u>31/12/2022</u>
2024	146.140
2025	170.848
2026	178.384
A partir de 2027	1.943.840
	<u>2.439.212</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 1 a 30 anos de duração, podendo ou não serem renovados desde que ambas as partes tenham comum acordo e aviso prévio de 90 a 180 dias. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado nominal de acordo com o prazo de cada contrato.

A taxa média ponderada de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2022 para locações de imóveis é de 10,56% a.a., para aeronaves arrendadas pela Companhia, duas possuem arrendamento fixado ao CDI e uma fixada ao LIBOR-03 adicionado de um spread de 1,7% a.a., e para equipamentos de informática é de 9,09% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outros passivos

O saldo de outros passivos está assim composto:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Proteção financeira a pagar	37.347	33.663
Antecipação bônus (a)	55.815	98.191
Crédito de ICMS adquirido a pagar	46.545	18.528
Outras exigibilidades	33.670	31.221
	<u>173.377</u>	<u>181.603</u>
Circulante	162.214	127.053
Não circulante	11.163	54.550

- (a) Em março de 2019 a Companhia celebrou um acordo operacional para distribuição de seguros com a Zurich Seguros e recebeu o montante de R\$ 200.000, de forma antecipada, referente ao bônus de exclusividade de venda de serviços de proteção financeira para os clientes do Cartão Havan e bônus de metas a serem alcançadas. Os bônus recebidos são para os próximos 5 anos e Companhia irá reconhecer a receita de acordo com os prazos e metas previstas em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, cíveis e tributárias, tanto na esfera administrativa como judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões pode ser sumariada como segue:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Ações tributárias (b)	297.510	110.442	-	407.952
Ações cíveis (a)	12.304	-	(2.242)	10.062
Ações trabalhistas (c)	4.580	1.228	-	5.808
Total	314.394	111.670	(2.242)	423.822
Depósitos judiciais	8.579	323	-	8.902
Depósitos judiciais	8.579	323	-	8.902

- (a) A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Essa provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável.
- (b) Os principais temas tributários da Companhia envolvem discussões sobre: (i) Recolhimento simplificado para o ICMS diferencial de alíquota e substituição tributária; (ii) PIS e COFINS originados na Zona Franca de Manaus; (iii) créditos de PIS e COFINS glosados pela Receita Federal do Brasil; (iv) despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL; e adicionalmente foram constituídas provisões para temas controversos de diversas naturezas. A Companhia possui uma opinião legal de seus assessores jurídicos para todas as temas em discussões, além de acompanhar a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.
- (c) Corresponde à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões ocorridas no curso normal de seus negócios. Essa provisão corresponde aos processos de risco provável de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos que acompanham as referidas causas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Processos com de perda possíveis

Os processos cujas perdas são consideradas como “possível”, pelos assessores jurídicos totalizam em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processos de natureza tributária (a)	509.203	329.790
Processos de natureza trabalhista (b)	53.264	17.331
Processos de natureza cível e outros (c)	21.658	16.027
	<u>584.125</u>	<u>363.148</u>

- (a) Referem-se a discussões de tributos federais (PIS, COFINS, IPI importação, IRPJ e CSLL) e tributos estaduais (ICMS). Os principais assuntos em discussão tratam: (i) de despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL, (ii) Créditos de PIS e COFINS glosados ou sujeitos à questionamentos pela Receita Federal do Brasil devido ao grau de subjetividade. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.
- (b) Processos de natureza trabalhista: pleitos de ex-colaboradores solicitando o complemento de verbas trabalhistas.
- (c) Processos de natureza cível e outros: referem-se a demandas de questões de ofertas de preço, perda de garantias, garantias estendidas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

A Companhia está sendo fiscalizada pela Receita Federal passando por revisão de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre os exercícios de 2017 a 2019. A Administração acompanha junto a seus assessores jurídicos o desfecho da fiscalização e caso necessário, atualiza suas provisões para contingências ou divulgações que julgar relevantes conforme norma contábil vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquidoa) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.000 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 300.000 em dezembro de 2021) e está representado por um total de 300.000.000 de ações ordinárias (300.000.000 ações em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possuía capital social autorizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

b) Dividendos e destinação de lucros

Em consonância com o estatuto social a distribuição do lucro mínimo obrigatório é de 5%, após constituída a reserva legal. O Conselho de Administração aprovou aos dividendos distribuídos no exercício de 2022 e a constituição de reserva legal, na mesma assembleia deliberou uma distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 424.499, também foram aprovados a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 50.312, totalizando uma distribuição R\$ 474.811 reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir demonstramos o total de dividendos pagos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	<u>31/12/2022</u>
Dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2022	
Dividendo final sobre o exercício de 2021 pagos em 2022	199.214
Dividendos distribuídos e pagos em 2022	458.334
Total de dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2022	657.548

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2022 a Companhia constituiu apenas o montante de R\$ 8.486, pois, atingiu o limite de 20% do capital social. Resultando em uma reserva legal no montante de R\$ 60.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

d) Reserva de incentivos fiscais

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de subvenções governamentais referente inventivo de ICMS dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina e incentivos de PIS e COFINS sobre equipamentos de informática.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuaçãoe) Lucro por ação

O lucro p por ação é calculado mediante a divisão do lucro p atribuível aos acionistas da Companhia, pela divisão do lucro p pela quantidade média ponderada de ações em cada exercício:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	429.269	530.875
Quantidade de ações (lote de 1.000)	300.000	300.000
Lucro por ação – básico e diluído em reais	<u>1,43</u>	<u>1,77</u>

19. Instrumentos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada no encerramento das demonstrações financeiras, e, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são:

	<u>Nível</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	821.195	821.195
Aplicações financeiras	1	-	255.619	255.619
Contas a receber de clientes	2	2.621.866	-	2.621.866
Instrumentos financeiros derivativos	1	-	6.123	6.123
Passivos Financeiros				
Fornecedores	2	(2.179.676)	-	(2.179.676)
Empréstimos e financiamentos	2	(2.362.745)	-	(2.362.745)
Passivo de arrendamentos	2	(2.657.698)	-	(2.657.698)
Outros passivos	2	(173.377)	-	(173.377)
Total em 31 de dezembro de 2022		<u>(4.751.630)</u>	<u>1.082.937</u>	<u>(3.668.693)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de taxa de câmbio, risco de gerenciamento de capital, risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. O risco de crédito do cliente é administrado pela Diretoria, estando sujeito aos procedimentos, controles e política por ela estabelecida em relação a esse risco. Os limites bem como a qualidade de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada com base no histórico de perda incorrida da carteira. O cálculo é baseado em perdas históricas efetivas e no saldo em aberto acima de 180 dias. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia está monitorando os efeitos causados pela pandemia do COVID-19 e busca campanhas para quitação de dívidas junto a seus clientes, para evitar aumento de perdas de seus recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia na data de 31 de dezembro de 2022:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>
Fornecedores	2.179.676	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.144.669	366.661	851.415
Arrendamentos mercantil	218.486	146.140	2.293.072
	<u>3.542.831</u>	<u>512.801</u>	<u>3.144.487</u>

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãod) Risco de taxa de câmbio

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia administra os riscos de mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivativos (“*swap*”), visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Dessa forma, a tabela abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

Em 31 de dezembro de 2022:

Moeda	31/12/2022 US\$ mil	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa (+) 25%	Efeito no resultado	Taxa (+) 50%	Efeito no resultado
Empréstimos US\$	(4.855)	5,2177	-	6,5221	(6.333)	7,8266	(12.666)
Efeito no resultado			-		(6.333)		(12.666)

Moeda	31/12/2022 US\$ mil	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa (-) 25%	Efeito no resultado	Taxa (-) 50%	Efeito no resultado
Empréstimos US\$	(4.855)	5,2177	-	3,9133	6.333	2,6089	12.666
Efeito no resultado			-		6.333		12.666

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãoe) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos quotistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A dívida bruta e dívida líquida em relação ao capital em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos (circulante)	1.144.669	687.971
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	1.218.076	1.674.901
Dívida bruta	2.362.745	2.362.872
(-) Caixa e equivalentes de caixa	821.195	1.290.606
(-) Aplicações financeiras	255.619	-
(-) Instrumentos financeiros	6.123	22.465
Dívida líquida	1.279.808	1.049.801
Total do patrimônio líquido	744.009	793.845
Dívida líquida e patrimônio líquido	2.023.817	1.843.646
Quociente de alavancagem	63%	57%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãof) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros. A seguir demonstramos os saldos em 31 de dezembro de 2022:

Indexador	31/12/2022	Cenário provável		Cenário possível (+25%)		Cenário remoto (+50%)		
		Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	12,89%	255.619	12,89%	32.949	16,11%	41.180	19,34%	49.437
Empréstimos								
Capital de giro	15,33%	43.388	15,33%	(6.651)	19,16%	(8.313)	23,00%	(9.979)
Notas promissórias	14,18%	600.075	14,18%	(85.091)	17,73%	(106.393)	21,27%	(127.636)
Debêntures	14,44%	1.693.949	14,44%	(244.606)	18,05%	(305.758)	21,66%	(366.909)
Mercado externo	5,52%	25.333	5,52%	(1.398)	6,90%	(1.748)	8,28%	(2.098)
Efeito no resultado				(304.797)		(381.032)		(457.185)

Indexador	31/12/2022	Cenário provável		Cenário possível (-25%)		Cenário remoto (-50%)		
		Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	12,89%	255.619	12,89%	32.949	9,67%	24.718	6,45%	16.487
Empréstimos								
Capital de giro	15,33%	43.388	15,33%	(6.651)	11,50%	(4.990)	7,67%	(3.328)
Notas promissórias	14,18%	600.075	14,18%	(85.091)	10,64%	(63.848)	7,09%	(42.545)
Debêntures	14,44%	1.693.949	14,44%	(244.606)	10,83%	(183.455)	7,22%	(122.303)
Mercado externo	5,52%	25.333	5,52%	(1.398)	4,14%	(1.049)	2,76%	(699)
Efeito no resultado				(304.797)		(228.624)		(152.388)

g) Instrumentos derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou operações de instrumentos financeiros derivativos, que estão apresentadas nas demonstrações financeiras a valor justo. O objetivo é proteger a Companhia da exposição cambial (dólares norte-americanos) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local. O instrumento utilizado pela Companhia é o *swap* e o montante em aberto desta transação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.123 (R\$ 22.465 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãog) Instrumentos derivativos--Continuação

As contratações e liquidações que ocorreram dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representam R\$ 16.342 (R\$ 5.429 em 31 de dezembro de 2021). Este montante está reconhecido no resultado como despesa financeira.

A Companhia para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Dessa forma, a tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da exposição de variação cambial na demonstração de resultado.

	Moeda	31/12/2022	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		US\$ mil	Taxa	Efeito no resultado	Taxa (+) 25%	Efeito no resultado	Taxa (+) 50%	Efeito no resultado
Instrumentos financeiros	US\$	4.769	5,2177	-	6,5221	6.221	7,8266	12.442
Efeito no resultado				-		6.221		12.442

	Moeda	31/12/2022	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		US\$ mil	Taxa	Efeito no resultado	Taxa (-) 25%	Efeito no resultado	Taxa (-) 50%	Efeito no resultado
Instrumentos financeiros	US\$	4.769	5,2177	-	3,9133	(6.221)	2,6089	(12.441)
Efeito no resultado				-		(6.221)		(12.441)

Os valores a mercado dos instrumentos derivativos foram obtidos por cotação do instrumento no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com derivativos ou em outros ativos de risco. O saldo está assim representado:

	Valor do notional US\$ (mil)	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo R\$
Opções de moeda estrangeira	4.769	US\$	R\$	6.123

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta		
Revenda de mercadorias	13.944.284	12.306.886
Prestação de serviços e outros	306.069	272.891
Total de receitas	14.250.353	12.579.777
Deduções da receita		
Impostos federais	(1.032.187)	(921.688)
Impostos estaduais	(1.712.092)	(1.472.003)
Devoluções, cancelamentos e outros	(375.219)	(340.665)
Ajuste a valor presente	(278.819)	(71.550)
Perdas esperadas de créditos	(275.184)	(217.756)
Total de deduções das receitas	(3.673.501)	(3.023.662)
Receita operacional líquida	10.576.852	9.556.115

21. Gastos por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gastos por função</u>		
Custo de mercadorias vendidas	(6.750.978)	(6.233.499)
Despesas gerais e administrativas	(337.942)	(290.742)
Despesas com vendas	(1.856.070)	(1.756.417)
	(8.944.990)	(8.280.658)
<u>Gastos por natureza</u>		
Custo de mercadorias vendidas	(6.433.445)	(5.958.742)
Despesas com pessoal	(1.150.037)	(1.028.646)
Depreciação	(101.884)	(89.240)
Amortização	(6.222)	(4.186)
Amortização de direito de uso	(207.507)	(194.036)
Provisão para perdas de créditos	-	(63.162)
Fretes	(260.143)	(219.670)
Aluguéis	(8.221)	(15.132)
Serviços de terceiros	(113.527)	(105.477)
Operação de lojas	(144.102)	(163.058)
Comissões de cartão de crédito	(97.255)	(82.352)
Propaganda e publicidade	(241.829)	(200.806)
Energia elétrica	(115.467)	(109.249)
Provisões de contingências	(40.691)	(27.350)
Taxas e tarifas	(24.660)	(19.552)
	(8.944.990)	(8.280.658)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos	174.849	180.111
Rendimento aplicações financeiras	92.901	61.785
Descontos recebidos	51.952	38.965
Ajuste a valor presente	222.290	56.136
Atualização de créditos extemporâneos	709	7.065
Outras receitas financeiras	908	1.026
	543.609	345.088
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(339.005)	(168.503)
Descontos concedidos	(26.685)	(71.931)
Despesas bancárias	(6.731)	(11.659)
Multa e juros sobre parcelamentos	(22.576)	(13.344)
Antecipação de recebíveis (a)	(730.499)	(707.781)
Valor justo de instrumentos financeiros	(16.342)	(5.430)
Ajuste a valor presente	(134.603)	(73.994)
Juros sobre arrendamentos a pagar	(261.194)	(217.713)
Outras despesas financeiras	(1.576)	(1.340)
	(1.539.211)	(1.271.695)
Variação cambial		
Variação cambial líquida (b)	4.174	220.517
	4.174	220.517
Resultado financeiro líquido	(991.428)	(706.090)

(a) As despesas financeiras com antecipação de recebíveis foram descontadas exclusivamente com o Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (parte relacionada).

(b) No exercício de 2021 a Companhia realizou a variação cambial oriunda da conversão do balanço da investida Abigail, elevando os ganhos de variação cambial em R\$ 214.500.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Receita deságio impostos	21.655	13.541
Receita crédito tributários extemporâneos	-	9.043
Outras receitas operacionais (a)	11.196	1.662
Despesas		
Outras despesas operacionais	<u>(12.597)</u>	<u>(9.575)</u>
	<u>20.254</u>	<u>14.671</u>

(a) A Havan efetuou a venda de uma aeronave no montante de R\$ 11.984 que estava classificada em direitos de uso de arrendamentos, o arrendamento a pagar estava todo quitado.

24. Transações que não afetaram o caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferenças cambiais sobre conversão de operação no exterior	-	46.588
Adições e remensurações de arrendamentos	321.377	(194.581)
Dividendos destacados e não liquidados	16.477	199.214
Quitação de dividendos com investimentos	-	649.130

25. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e lucros cessantes.

Risco	Data de vigência		Cobertura máxima de indenização
	De	Até	
Seguro patrimonial	Dez/22	Dez/23	738.282 (Barra Velha - Centro de Distribuição + loja)
Seguro patrimonial	Dez/22	Dez/23	35.000 (por loja para demais filiais)